



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

FANNY TEIXEIRA LIMA DE OLIVEIRA

**ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL (PAS)
NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

FANNY TEIXEIRA LIMA DE OLIVEIRA

**ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL (PAS)
NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof.^a Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

O47a

Oliveira, Fanny Teixeira Lima de.

Atuação do Programa de Acolhimento Social (PAS) no município de São Francisco do Conde - BA / Fanny Teixeira Lima de Oliveira. - 2021.

34 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientadora: Prof.^a M.^a Vanessa Ingrid da Costa Cardoso

1. Programa de Acolhimento Social - São Francisco do Conde (BA). 2. Serviço social - São Francisco do Conde (BA). I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 361.08142

Dedico esta pesquisa ao meu filho Daniel de Oliveira de 05 anos, que ao seu tempo dará contribuições para uma sociedade mais justa, tendo a educação como referência desde a infância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter dado-me saúde e força para superar as dificuldades; ter sustentado-me para chegar até aqui.

Aos meus pais, Maria Angélica e Renato Lima, pelos conselhos, incentivo, zelo e amor.

Ao meu marido Ramon de Oliveira por toda dedicação, paciência, palavras de ânimo e confiança que contribuíram para que eu pudesse ter uma trajetória mais fácil, incentivando-me a seguir em frente, buscando a realização desse sonho que é concluir um curso universitário.

Agradeço à minha amiga da universidade Cláudia de Santana pela parceria durante esses anos de estudo e as amigas Cláudia dos Santos e Izabela Lins que também contribuíram para o alcance desse objetivo.

A todos os demais amigos que oraram e oram por mim e sempre estiveram torcendo.

À minha orientadora Prof^a. Vanessa Ingrid pelas suas orientações, por todo suporte dispensado em todo o período.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma fizeram parte e contribuíram para minha graduação.

*Bem-aventurado aquele que tem o
Deus de Jacó por seu auxílio; e cuja a
esperança está posta no Senhor seu
Deus.*

Salmo 146:5

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Valor total gasto com benefícios em 2020	22
Gráfico 2	Idade	24
Gráfico 3	Exerce alguma atividade remunerada?	25
Gráfico 4	Quantidade de pessoas que dependem da renda no domicílio?	25
Gráfico 5	Quantos filhos em idade escolar?	26
Gráfico 6	Há quanto tempo faz parte do Programa?	27
Gráfico 7	O que mudou na família desde a inserção no Programa até hoje?	28
Gráfico 8	Havendo um recadastramento e a família não sendo contemplada, ainda assim conseguiria manter as necessidades básicas?	28
Gráfico 9	Como você avalia o Programa e o cartão PASMAIS?	29

RESUMO

A desigualdade social é um fator presente no contexto brasileiro e precisa ser constantemente abordada em pesquisa. Esta pesquisa aborda a atuação do Programa de Acolhimento Social (PAS), diante da desigualdade social e pobreza que vive o Município de São Francisco do Conde, investigando como se constituiu em um dos maiores programas de distribuição de renda do país. O objetivo do estudo foi investigar a atuação do programa PAS no município de São Francisco do Conde. O trabalho é uma pesquisa qualitativa e descritiva, quanto aos procedimentos, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental e também por dados secundários obtidos no website do município, constando também dados primários, em que se realizou a aplicação de questionário a 45 (quarenta e cinco) pessoas da sociedade que atualmente pertencem ao Programa, pessoas selecionadas aleatoriamente entre os meses de março e abril de 2021, por meio de entrevista virtual. Dessa forma, este Trabalho de Conclusão de Curso pode ser uma importante ferramenta para analisar as mudanças significativas com a implantação do Programa no Município. Para além do questionário aplicado, outras informações foram coletadas na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE), a partir dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, buscando entender melhor como o PAS tem impactado a vida dos beneficiários, considerando os doze anos de implantação. Ao pesquisar sobre o tema, surgem questionamentos acerca da efetiva atuação do PAS, sendo também o objetivo geral desta pesquisa investigar a atuação do programa PAS no município de São Francisco do Conde.

Palavras-chave: Programa de Acolhimento Social - São Francisco do Conde (BA). Serviço social - São Francisco do Conde (BA).

ABSTRACT

Social inequality is a factor present in the Brazilian context and needs to be constantly addressed in research. This research addresses the performance of the Social Reception Program (PAS), in the face of social inequality and poverty in the municipality of São Francisco do Conde, investigating how it was constituted in one of the largest income distribution programs in the country. The work is a qualitative and descriptive research, regarding the procedures, bibliographic and documentary research was carried out and also secondary data obtained from the municipality's website, including primary data, in which a questionnaire was applied to 45 (forty-five) people of the society belonging to the Program, people selected at random between the months of March and April 2021, through a virtual interview. Thus, this Course Conclusion Work can be an important tool to analyze the significant changes with the implementation of the Program in the Municipality. In addition to the questionnaire applied, other information was collected at the Secretariat for Social Development and Sports (SEDESE), from the months of October, November and December 2019, seeking to better understand how the PAS has impacted the lives of the beneficiaries, considering the twelve years of implementation. When researching the topic, questions arise about the effective performance of the PAS, and the general objective of this research is also to investigate the performance of the PAS program in the municipality of São Francisco do Conde.

Keywords: Social service - São Francisco do Conde (BA). Social Welcoming Program - São Francisco do Conde (BA).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	ABORDAGENS SOBRE O DESIGUALDADE SOCIAL	13
2.2	DESIGUALDADE, POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS	13
3	METODOLOGIA	19
3.1	CARACTERÍSTICA DA PESQUISA	19
3.2	O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	19
4	RESULTADOS	21
4.1	INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO E O PAS	23
4.2	PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PAS	24
5	CONCLUSÃO	30
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE	32

1 INTRODUÇÃO

No Brasil existem diversos níveis de desigualdade, a social é uma delas e, certamente, a mais perceptível a um olhar pouco crítico da real situação que se vive.

Sabe-se que em todos os países pode-se encontrar desigualdade social. Essa limita o acesso a direitos básicos garantidos pela Constituição como saúde, educação, segurança, saneamento e outros. Das causas desse processo social pode-se considerar a concentração de renda; ausência de mais investimentos nas áreas citadas acima em populações com baixo poder aquisitivo e a falta de melhor gestão do dinheiro público.

Esses e outros fatores têm causado, há muito tempo, desigualdade social no Brasil. Portanto, existe uma urgente necessidade em ter-se mais políticas públicas voltadas ao combate dessa problemática.

Nessa perspectiva, é preciso ter na atuação dos governos federal, estadual e municipal, cada vez mais programas de complementação e distribuição de renda, contemplando famílias que precisam ser acolhidas e mais inseridas social e economicamente na sociedade.

No município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, foi implementado, desde 2009, o Programa de Acolhimento Social (PAS) como um instrumento de reparação social, combate à pobreza e diminuição de desigualdades.

Dessa forma, esta pesquisa justifica-se como uma importante ferramenta para analisar as mudanças significativas com a implantação do Programa no Município, as informações para esta pesquisa foram coletadas na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE), nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019 e no site da Prefeitura de São Francisco do conde buscando entender melhor como o programa tem impactado a vida dos beneficiários, considerando os doze anos de implantação.

Ao pesquisar sobre o tema, surgem questionamentos acerca da efetiva atuação do PAS, sendo também o objetivo geral desta pesquisa investigar a atuação do programa PAS no município de São Francisco do Conde desde sua criação em 2009, sendo 12 (doze) anos de implementação da lei nº 078/2009. Assim, os objetivos específicos são: analisar os indicadores do PAS no município, verificar a percepção da sociedade em relação ao referido programa.

Além disso, a pesquisa visa ser um instrumento de consulta para os gestores do Programa e quaisquer interessados em analisar se tem sido benéfico, ou não, para a população desde sua criação, sendo um forte aliado para reparação social no Município, pois os dados que foram coletados contribuíram para tirar conclusões sobre o referido programa, dando um parecer sobre todo o investimento direcionado, destacando os pontos que precisam ser reformulados e outros que são imprescindíveis para sua permanência e abrangência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção dispõe sobre os principais aspectos conceituais sobre os quais esta pesquisa se baseia, destacando conceitos sobre minimização da desigualdade social no Brasil, pobreza, programas sociais e ações públicas para o combate da problemática.

2.1 ABORDAGENS SOBRE O DESIGUALDADE SOCIAL

Muitos autores abordam o tema em questão, das mais diversas perspectivas, mas dentre os autores estudados houve melhor interação à pesquisa e ao referencial teórico àqueles (as) que discorrem sobre pobreza, programas sociais, minimização da desigualdade social, distribuição de renda, reparação social e outros assuntos que estão no perímetro da pesquisa, ajudando a entender melhor a dinâmica de um programa social municipal como é o PAS, a exemplo de Cotta (1998), que aborda as metodologias de avaliação de programas e projetos sociais, analisando os resultados e impactos desse processo.

Foi incluído também o pensamento de Silva e Silva (2010), que faz uma análise sobre as categorias pobreza, desigualdade e exclusão social com fundamentação teórica em política social. Arretche (2002) que trata sobre o Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil, composto também por Vianna (2005) e Raichelis (2006), abordando sobre a seguridade social e combate à pobreza no Brasil e a respeito da gestão pública e a questão social na Grande cidade, respectivamente, e por fim, mas não menos relevante, o pensamento de Martins e Rossetti-Ferreira (2010), que discorrem sobre o acolhimento familiar e seus desafios, tendo como objetivo analisar um programa social e seus atores.

2.2 DESIGUALDADE, POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS

No estudo de Cotta (1998) estão presentes conceitos básicos de avaliação e as noções de projeto, programa e plano, noções macro que auxiliam na compreensão do programa social em questão, o qual tem especificidades como qualquer outro. Com essa mesma visão, no tocante aos programas e projetos sociais

Cohen e Franco (1993 apud COTTA 1998) acrescentam também características, incluindo elementos fundamentais para sua constituição como: estratégia, meios estruturais e administrativos, formas de negociação, coordenação e direção.

Um plano é a soma dos programas que procuram objetivos comuns, ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que constituirão por sua vez os objetivos gerais dos programas. Ele determina o modelo de alocação de recursos resultante da decisão política e dispõe as ações programáticas em uma sequência temporal de acordo com a racionalidade técnica das mesmas e as prioridades de atendimento (...). O plano inclui a estratégia, isto é, os meios estruturais e administrativos, assim como as formas de negociação, coordenação e direção. Cohen e Franco (1993 apud COTTA 1998, p.104).

Todas essas noções abordadas pelos autores dão fundamentação para perceber a importância desses programas e projetos implantados em cidades por gestores, nos fazendo teorizar criticamente a respeito, considerando o seu plano e tudo que envolve o assunto, dito anteriormente, apontando se eles existem e suas inadequações. Mas não são apenas esses. Outros autores apresentam outras perspectivas presentes nesse perímetro.

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar, de maneira válida e confiável, dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos. Visam comprovar a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racionais e inteligentes entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados. Aguilar; Ander-EGG (1994 apud COTTA 1998, p. 106).

Para Vianna (2005), a seguridade social é uma ferramenta para combater a pobreza no Brasil, ela mostra que é dispositivo altamente insuficiente para realidade brasileira e esse fato é cada vez mais agravante, pois os dados nos balizam para tal afirmação. A causa apresentada foi o desinteresse dos governos após a Constituição de 1988, estando bastante desconfigurada por todos os documentos que têm poder de lei e que a regulamentam. Vianna (2005) reitera que muitas alterações estão continuamente sendo feitas, mas permanecendo ainda um sistema que patrocina a desigualdade social já instalada na sociedade brasileira.

Nas sessões que se seguem procura-se: esclarecer resumidamente o funcionamento do sistema de seguridade social brasileiro, destacando seus aspectos redistributivos e apontando fatores que impedem o desenvolvimento dos mesmos; descrever a natureza dos benefícios não-contributivos presentes no sistema de seguridade, enfatizando sua limitada, mas relevante cobertura; expor alguns argumentos que fundamentam a importância da seguridade social, e, à guisa de conclusão, tecer brevíssimas considerações acerca das tendências assumidas pela política social no país, (VIANNA, 2005, p.1).

Sobre essa questão, a autora destaca também que a legislação do país nos anos 90, proporcionou a restrição da arrecadação que serviria para seguridade, pondo mais regras provenientes dos recursos que constituíam a folha de pagamento de uma dada empresa, por exemplo. Sendo que a arrecadação para instituições financeiras passou a ser prioritariamente para o vencimento de benefícios previdenciários.

Pela Constituição Brasileira de 1988, a Seguridade Social compreende “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A incorporação, pela primeira vez, de um conceito vigoroso e peculiar à proteção social como o de Seguridade Social a um texto constitucional respondeu, à época, às expectativas da sociedade organizada de ampliação do estoque de direitos sociais associados à cidadania, traduzindo a sensibilidade do legislador diante da situação pré-existente, (VIANNA, 2005, p.1).

Nessa mesma linha de pensamento, Silva e Silva (2010) traz também questões sobre pobreza, desigualdade e exclusão social como embasamento para estudo da política social, temas que convergem com esta pesquisa. Para ela, o quadro social brasileiro e de programas voltados à pobreza teve avanços depois da promulgação da Constituição, destacando os limites e a centralidade dos programas que tem a finalidade de gerar renda para a população.

São políticas e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, mantidos na situação de mera reprodução.

Adicionalmente Silva e Silva (2010) expõe uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE, 2007), na qual mostra que houve uma queda do índice de Gini (cálculo usado para medir a desigualdade social), aumentando a

inserção no mercado de trabalho, porém os índices estão muito aquém do que o Brasil precisa para estar numa posição privilegiada em relação a outros países, necessitando segundo ela, de mais 20 (vinte) anos para alcançar posição semelhante em termos de reparação social, Silva e Silva (2010) faz essa afirmação a partir de Barros et al. (2007).

De igual modo às autoras mencionadas anteriormente Raichelis (2006), expõe questões relacionadas à gerência de programas sociais na cidade de São Paulo. A partir dessa abordagem introduz um estudo de como se dá a temática nas grandes cidades, percebendo conflitos, desafios demandas para a gestão democrática. E adiciona a esse comentário o fato do agravamento das desigualdades sociais e do aumento de pessoas sem poder de consumo, não conseguindo dá rentabilidade ao mercado.

Molina (2005 apud RAICHELIS 2006), ressalta que também pode estar surgindo um novo modelo de política social denominado por: “Modelo de Política de Proteção para Pobres” (MPPP), sendo os motivos o insucesso no combate à pobreza, falhas das instituições públicas, trazendo resultados negativos a toda sociedade. O modelo direciona-se a população menos favorecida, contendo serviços públicos custeados e assegurados pela nação.

Não sendo nosso objetivo desenvolver a polêmica em torno do conceito de exclusão, apenas indicamos que o uso do termo nesse contexto, parte do suposto que, embora a exclusão social expresse um conjunto de carecimentos materiais, culturais, políticos e morais, seus elementos constitutivos só são desvelados se remetidos à análise “no coração mesmo dos processos de produção e da repartição das riquezas sociais” (CASTEL, 1998, 30 apud RAICHELIS, 2006, p.17)

Ela ainda acrescenta que o fato de sermos uma sociedade composta por ricos e pobres é algo novo, porém a pobreza estava inserida numa dinâmica que a fazia aumentar mais. Numa lógica em que a pobreza não era resultante da escassez, mas o contrário.

Assim sendo, a questão social está na base dos movimentos sociais da sociedade brasileira e remete à luta em torno do acesso à riqueza socialmente produzida. São essas lutas que se encontram na origem da constituição das políticas públicas e que mobilizam o Estado na produção de respostas às demandas de saúde, trabalho, educação, habitação, como também são elas que impulsionam o movimento

político das classes populares pela conquista da cidadania na esfera pública, (Raichelis 2006).

Para finalizar esse referencial teórico foi inserido na pesquisa o pensamento da autora Arretche (2002) em seu artigo Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil: A Reforma de Programas Sociais, no qual ela descreve quatro casos de políticas sociais que foram analisados pela autora, no qual explica que o governo federal obteve resultados satisfatórios no que diz respeito a agenda de reformas de programas sociais.

Arretche (2002) destaca que as Reformas mais duras não significam que devem ser mais elevadas para o poder executivo, como as que são direcionadas para o Congresso Nacional.

Os exemplos de reformas mencionados concluem que o sucesso de toda e qualquer reforma depende da capacidade de articulação do Poder Executivo Federal e de resistir ao poder de veto, pois os estados possuem política fiscal, dessa forma podendo adotar ou não as políticas públicas resolvidas em âmbito Federal. Uma vez que nas políticas identificadas o governo Federal retirou a chance de direcionar competências exclusivas ou deveres estaduais, buscando assim a aprovação de medidas que interessasse os respectivos estados e conseqüentemente, os municípios.

As autoras Martins, Costa e Rossetti-Ferreira (2010) trazem em seu artigo a discussão sobre como o acolhimento social, principalmente às crianças e adolescentes, praticado em outros países, tem feito com que o Brasil repense cada vez mais seus métodos de assistência familiar.

O Acolhimento Familiar, como um programa formal, surgiu como prática alternativa à institucionalização. Segundo Cabral (2004), ele teve início em diferentes momentos em países como nos Estados Unidos em 1910, na Inglaterra em 1940, na Espanha em 1970 e na Itália em 1980, compondo políticas sociais influenciadas por uma literatura das áreas médica e psicológica (que aborda os riscos causados ao desenvolvimento infantil pela institucionalização) e por modificações ocorridas em legislações a partir de extensas discussões sobre os direitos da criança. Figura nesse cenário como normativa fundamental a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), a qual atenta para a necessidade de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada que se deve dedicar à criança, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento (MARTINS; COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2010, p.360).

Segundo as autoras, os governos precisam incrementar políticas de assistência social como ferramenta de combate à desigualdades e como uma forma de proteção à crianças e a adolescentes, que junto à família, encontram-se em condição de vulnerabilidade social. Nos países, aos quais foram pesquisados o acolhimento resultou em índices satisfatórios para toda a população.

O acolhimento familiar se configura como uma nova modalidade de proteção e de organização familiar que suscita questões pertinentes a um campo bastante amplo e multidisciplinar. A implementação de ações de governo, como os programas de famílias acolhedoras, ocorre simultaneamente ao reordenamento do acolhimento institucional e familiar em âmbito nacional, como preveem atuais diretrizes e normativas (MARTINS; COSTA & ROSSETTI-FERREIRA, 2010, p.367).

Dessa forma, observa-se que o tema desigualdade social é estudado em diversas perspectivas e em cada país ou município terá uma abordagem própria, nos levando a entender que é muito mais abrangente do que se pode imaginar, mas sempre se percebe que ações governamentais para inibir tanto o crescimento como os efeitos das desigualdades são fundamentais, sem essas não haverá celeridade no processo de transformação da realidade de um lugar. O poder público deve sempre intervir para a equidade social.

3 METODOLOGIA

Esta seção dispõe os procedimentos metodológicos realizados na pesquisa, além de caracterizá-la e apresentar o objeto de estudo.

3.1 CARACTERÍSTICA DA PESQUISA

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa e descritiva, quanto aos procedimentos, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental e também por dados secundários obtidos no website do município, constando dados primários, em que se realizou a aplicação de questionário a 45 (quarenta e cinco) pessoas da sociedade que pertencem ao Programa, pessoas selecionadas aleatoriamente entre os meses de março e abril de 2021, por meio de entrevista semiestruturada virtual, a qual encontra-se no Apêndice A.

No site da Prefeitura de São Francisco do Conde é possível ter acesso a relatórios com demonstrativos dos últimos 05 (cinco) anos de atuação do Programa.

3.2 O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

São Francisco do Conde está localizado na região metropolitana de Salvador, na Bahia, e se destaca no Estado por ser um dos poucos municípios a arrecadar mais de 225 (duzentos e vinte e cinco) milhões anualmente, tendo uma renda per capita alta, pois segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, possui uma população estimada em 40.245 (quarenta mil duzentos e quarenta e cinco) habitantes.

Apesar da alta arrecadação, visivelmente é possível perceber que todo esse imposto arrecadado não é revestido, há muito tempo, para melhorias da população nas diversas áreas.

Sobre essa questão Santana (2011) destaca:

Assim o cidadão sanfranciscano necessita de liberdade e autonomia para desfrutar das benesses promovidas com as arrecadações de ICMS e royalties recolhidas no município. O desenvolvimento sócio-territorial de São Francisco do Conde que inicialmente esteve ligado à economia agroexportadora passa

a se voltar para um desenvolvimento industrial, desde os anos 1950 (SANTANA, 2011, p.27).

A maior causa da não inserção de franciscanos no quadro de trabalhadores na área petrolífera é a falta de qualificação profissional da mão de obra local. Dentre outras ações, faltam incentivos por parte do poder público, no Município e região, para realização de cursos profissionalizantes a jovens e adultos interessados no ingresso no setor industrial disponível. Isso porque, além da Refinaria, operam de forma terceirizada empresas prestadoras de serviços e outras, em seu entorno, nacionais e multinacionais que podem absorver trabalhadores inclusive na forma de aprendizes. Como percebe-se em Santana (2011):

Em São Francisco do Conde percebe-se que o PIB não se traduz em melhores condições de vida para a população local. Existem muitas empresas ligadas ao petróleo e energia as quais utilizam mão de obra especializada advinda de diferentes locais; estas empresas mantêm escritório no território sanfranciscano, mas suas matrizes estão localizadas em outros locais assim sendo, a riqueza produzida fica detida entre as poucas pessoas que fazem parte do seleto grupo de poder e vai para fora da cidade. Por outro lado, destaca-se que as últimas gestões municipais têm graves problemas administrativos, incham a prefeitura com contratos e cargos comissionados fazendo da prefeitura local um curral eleitoral não administrando a pobreza local, como divulgado pela imprensa local. (SANTANA, 2011, p.17).

É importante destacar que, apesar de todos os problemas sociais e estruturais que ainda existem no município em questão, houve avanços significativos ao longo dos anos, principalmente a partir do ano de 2009, com implantação de programas sociais diversos, construção de grandes escolas, entrega de casas populares, pavimentação de ruas, implantação do Campus do Malês, (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB) e outros.

4 RESULTADOS

Dia 15 de janeiro de 2009 a Câmara de Vereadores de São Francisco do Conde aprovou a Lei Municipal nº078/09 que instituiu o Programa de Acolhimento Social (PAS). Mas em 18 de dezembro de 2018, revogando essa Lei e dando novas diretrizes para Programa, foi aprovada a Lei Municipal nº 552/18.

Segundo a Lei de criação do PAS e mantidos pela nova Lei, os objetivos do Programa são: complementação de renda para as famílias beneficiadas; redução do número de crianças e adolescentes fora da rede escolar e a garantia da permanência e o bom desempenho destes.

Das condicionalidades que foram estabelecidas para participar do Programa, incluem-se as seguintes:

- Ter filhos em idade escolar de 02 (dois) a 17 (dezesete) anos de idade, com frequência mínima ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento);
- Residir no Município há no mínimo 05 (cinco) anos;
- Ter renda domiciliar per capita mensal de até R\$ 200,00 (duzentos reais);
- Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO); podendo participar também em caráter excepcional, famílias com vínculos e renda vulneráveis por interferência de direito verificado pelo órgão competente e núcleos familiares contemplados com Benefício de Prestação Continuada (BPC) sendo por pessoa meio salário mínimo.

No ano de 2015 foi adicionado ao Programa o cartão PASMAIS, no qual o valor implementado pode ser usado, exclusivamente, no comércio local, como uma maneira estratégica da gestão municipal, para fortalecer o desenvolvimento e crescimento socioeconômico.

Segundo informações divulgadas no site da Prefeitura no mês de dezembro de 2020, o Programa beneficia 5.363 (cinco mil, trezentas e sessenta e três) pessoas do município.

Para permanência no Programa é exigido, também, que as famílias participem de atividades socioeducativas, promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como cursos, palestras, oficinas e atividades voltadas à promoção intelectual, cidadã e outras.

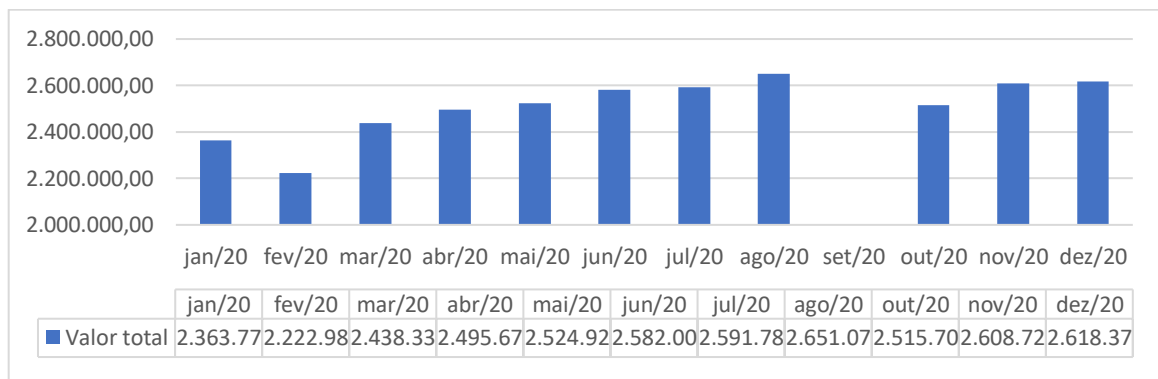
Tabela 1 - Valores praticados pelo PAS atualmente

Valor do benefício	Cartão PASMAIS
R\$ 415,00	R\$ 85
R\$ 400,00	R\$ 85
R\$ 300,00	R\$ 85
R\$ 365,00	R\$ 85

Fonte: Site da Prefeitura de São Francisco do Conde (2021).

O Gráfico 01 evidencia o valor total gasto pela Prefeitura especialmente com o pagamento do benefício aos cadastrados no Programa.

Gráfico 1 - Valor total gasto com benefícios em 2020



Fonte: Site da Prefeitura de São Francisco do Conde (2021).

Conforme a ilustração, percebe-se que principalmente após decretada a pandemia houve um aumento no valor gasto com o pagamento do benefício. Destaca-se o mês de agosto que alcançou o valor de R\$ 2.651.072,50 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, setenta e dois reais e cinquenta centavos). Estas informações constam no site da prefeitura, a qual publica planilha mensal com lista de dados dos beneficiários e valor pago a cada um.

4.1 INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO E O PAS

Em pesquisa realizada pelo Programa de Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD, 2010), a qual analisa a qualidade dos serviços básicos ofertados à população como moradia, saneamento básico, saúde e educação, o Município obteve a posição 2.573 (dois mil quinhentos e setenta e três) no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), comparado a todos os Municípios do Brasil. Revelando assim, uma disparidade com o dinheiro arrecadado anualmente.

A maior parte de toda essa arrecadação, cerca de 80% (oitenta por cento), deve-se ao fato de que a Refinaria Landulpho Alves, primeira do Brasil, está instalada no Município, gerando Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Com relação a emprego e renda, foi constatado em 2018 (IBGE) que a quantidade de pessoas com ocupação relacionadas à população total era de 23,9%(vinte e três vírgula nove por cento), comparando com outros municípios do Estado, ou seja, apenas essa porcentagem da população exerce atividade remunerada, revelando assim, que o fato de ter a segunda maior refinaria em capacidade do Brasil, adicionado aos seus setenta anos de instalação, ainda não é para São Francisco do Conde sinônimo de empregabilidade para seu povo. Certamente, explica também o porquê da quantidade de cidadãos que são beneficiários de programas sociais, a exemplo do PAS.

Tabela 2 - Quantitativo de pessoas inseridas e o valor total investido no PAS em meses de 2020

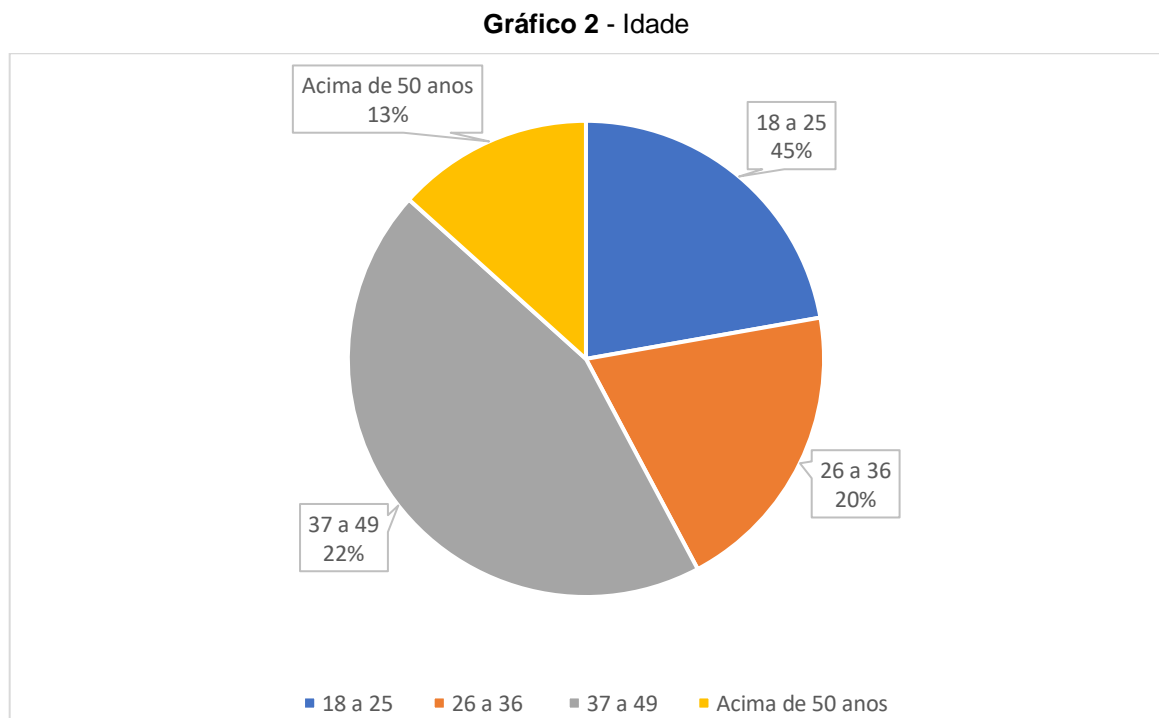
Mês	Número de beneficiários	Valor total
Janeiro/2020	4.829	2.363.770,00
Fevereiro/2020	4.516	2.222.988,00
Março/2020	4.981	2.438.335,00
Abril/2020	5.105	2.495.670,00
Mai/2020	5.170	2.524.925,00
Junho/2020	5.266	2.582.005,31
Julho/2020	5.308	2.591.785,00
Agosto/2020	5.433	2.651.072,50
Outubro/2020	5.145	2.515.705,00
Novembro/2020	5.344	2.608.725,00
Dezembro/2020	5.363	2.618.370,00

Fonte: Site da Prefeitura de São Francisco do Conde (2021).

Conforme informações apresentadas, percebe-se que houve aumento do quantitativo de pessoas que foram inseridas no referido Programa quando se compara os meses de janeiro, junho e dezembro, conseqüentemente houve o aumento dos valores investidos. Demonstrando que ainda há famílias que precisam ser assistidas, principalmente, durante a atual pandemia.

4.2 PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PAS

Foi realizada entrevista com pessoas beneficiadas pelo Programa com o intuito de verificar a percepção dessas em relação ao Programa.



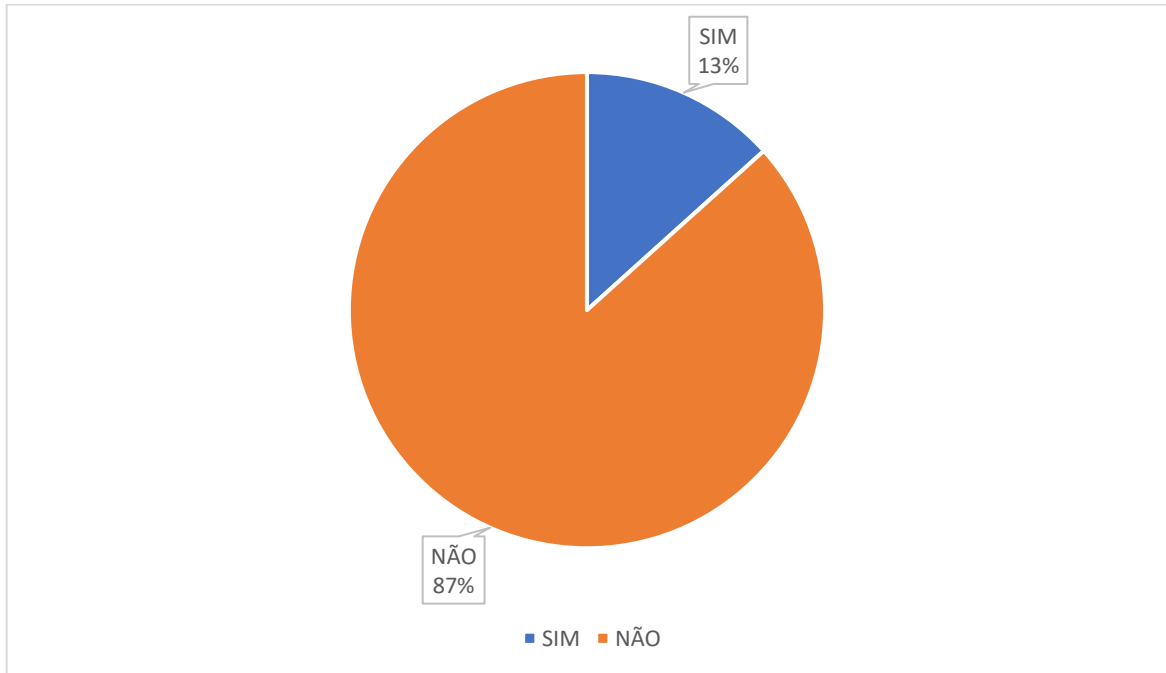
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Os dados expostos no Gráfico 02 revelam que a maioria das beneficiárias (45%) entrevistadas estão na faixa etária entre 18 a 25 anos. Demonstrando também que mulheres de várias idades são beneficiadas pelo Programa, com a predominância das mais jovens.

O público beneficiado é majoritariamente feminino e na pesquisa representou 100% (cem por cento) dos respondentes do questionário, confirmando a preferência da Lei Municipal nº 552/2018, na qual no artigo 5º, parágrafo 3º dispõe

que: O pagamento do benefício será feito mediante crédito bancário, em nome do responsável legal cadastrado no Programa, preferencialmente do sexo feminino.

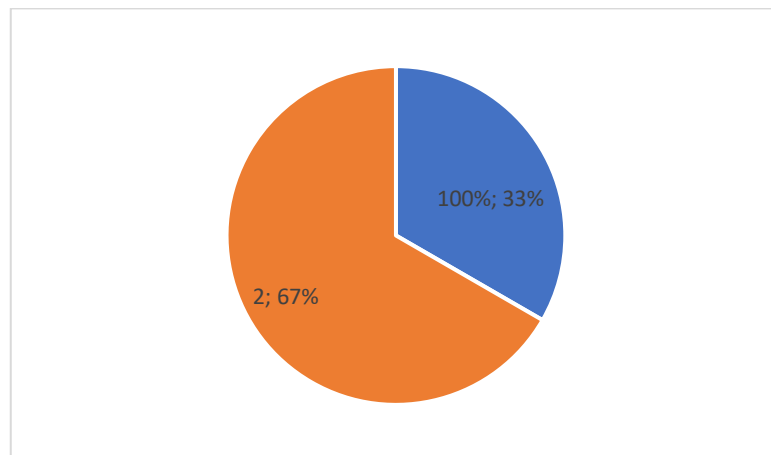
Gráfico 3 - Exerce alguma atividade remunerada?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Os dados do Gráfico 03 revelam que a maioria das pessoas beneficiadas ainda não exercem atividade remunerada (87%). Não é vedado exercer, pois trata-se de um programa de complementação de renda.

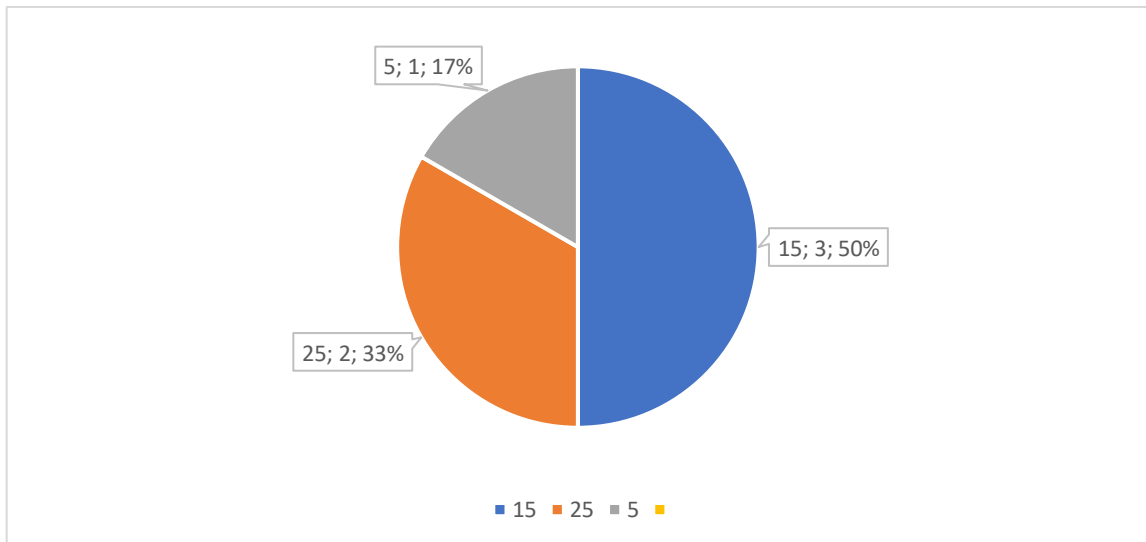
Gráfico 4 - Quantidade de pessoas que dependem da renda no domicílio?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

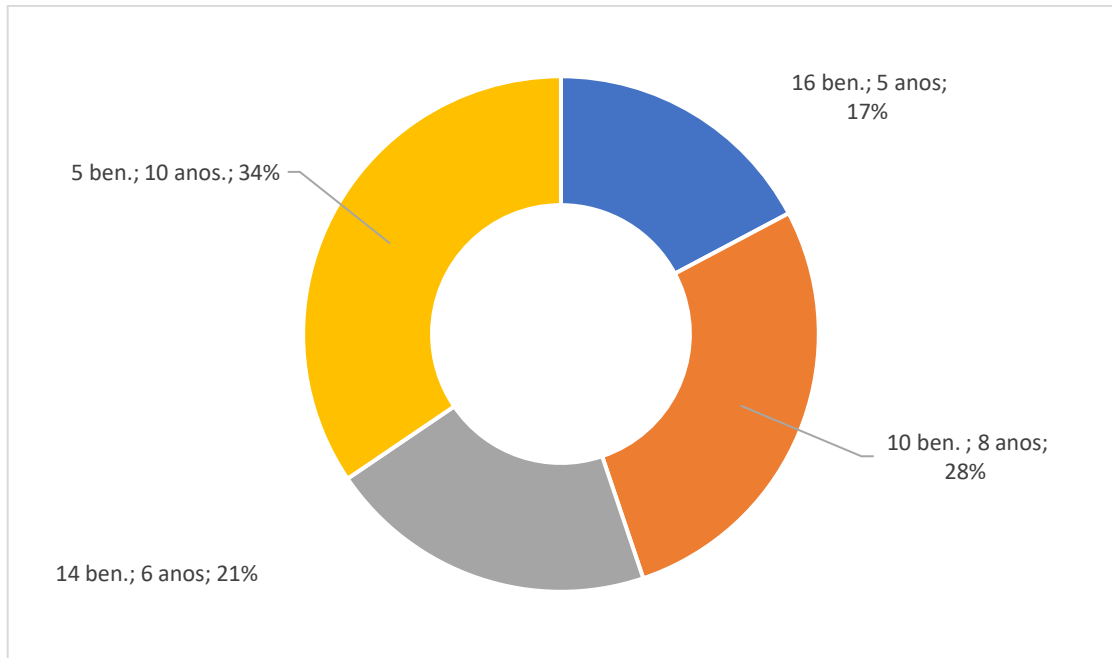
No gráfico acima, 35 (trinta e cinco) beneficiárias responderam que todas (100%) pessoas da residência dependem do benefício, enquanto que as outras 10 (dez) disseram que apenas 02 (duas) pessoas dependem. Isso nos revela ainda mais a desigualdade social que o município de São Francisco do Conde vive.

Gráfico 5 - Quantos filhos em idade escolar?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

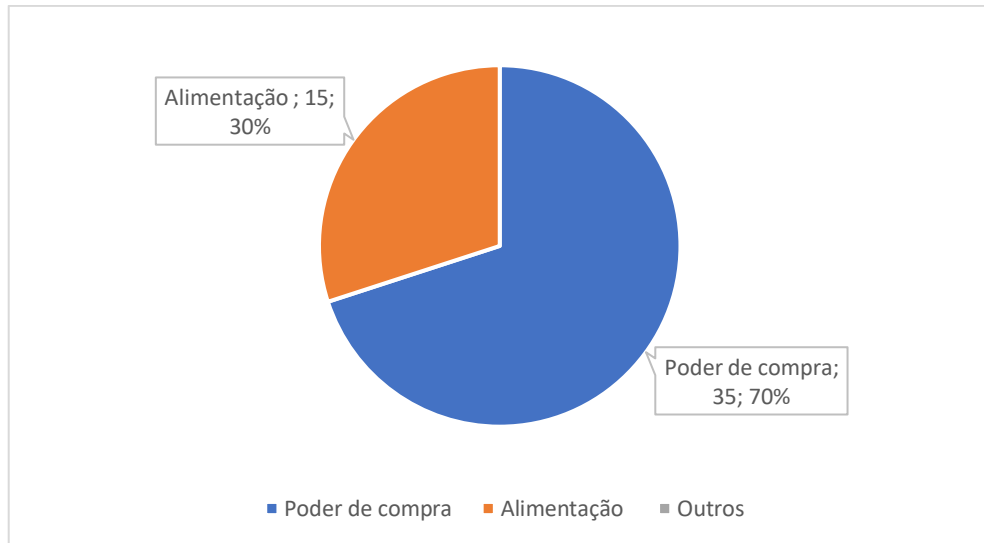
A frequência escolar do estudante é imprescindível para a permanência no programa. Os dados acima não revelam exatamente a frequência de estudantes na escola, mas mostra que todas as entrevistadas possuem filhos em idade escolar. 17% (dezessete por cento) delas com apenas 05 (cinco) filhos em idade estudantil; 50% (cinquenta por cento) com 15 (quinze) filhos e 33% (trinta e três por cento) das mulheres com 2(dois) filhos. Significando portanto, que todas as beneficiárias podem estar cumprindo a exigência do Programa de manter a frequência mínima do filho estudante que é de 80% (oitenta por cento) na unidade escolar.

Gráfico 6 - Há quanto tempo faz parte do Programa?

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Sobre os dados apresentados no Gráfico 06, 05 (cinco) beneficiárias (34%) responderam que há 10 (dez) anos estão inseridas no Programa; outras 16 (dezesesseis), o que corresponde a 17% (dezessete por cento) disseram estão há 05 (cinco) anos; 10 (dez) mulheres, sendo 28% (vinte e oito por cento) há 08 (oito) anos e outras 14 (quatorze), o que corresponde a 21% (vinte e um por cento) das entrevistadas.

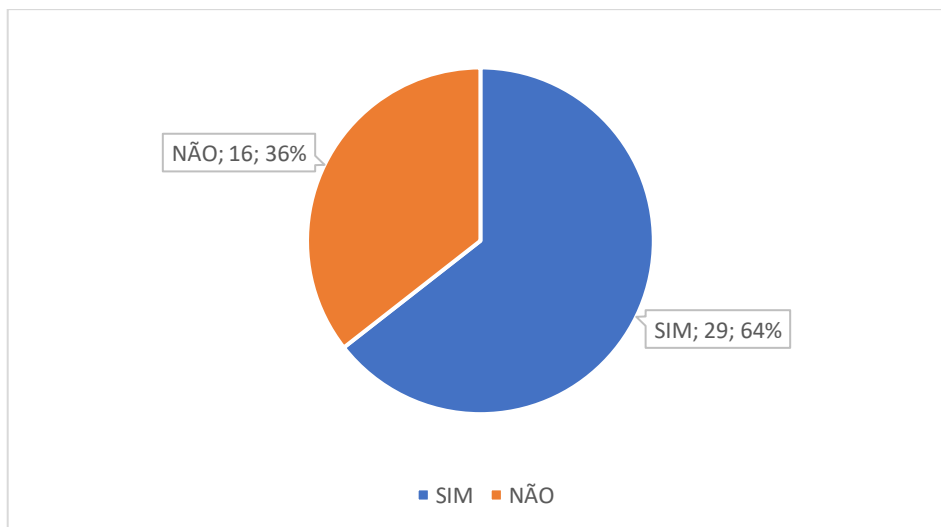
Gráfico 7 - O que mudou na família desde a inserção no Programa até hoje?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Das 45 (quarenta e cinco) entrevistadas 15 (quinze) ou seja 30% (trinta por cento) responderam que melhorou a alimentação e outras 35 (trinta e cinco), logo 70% (setenta por cento) responderam que melhorou o poder de compra.

Gráfico 8 - Havendo um recadastramento e a família não sendo contemplada, ainda assim conseguiria manter as necessidades básicas?



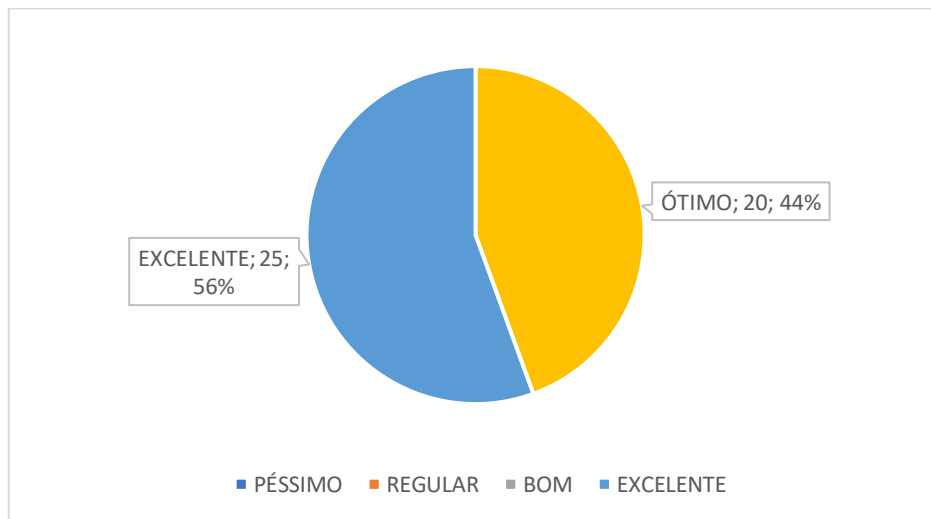
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Acerca dessa questão 64% (sessenta e quatro por cento) das beneficiárias, logo 29 (vinte e nove) delas disseram sim, que conseguiria manter as necessidades básicas mesmo não sendo contempladas no Programa depois de um

recadastramento; outras 36% (trinta e seis por cento), o que corresponde a 16 (desesseis) beneficiárias disseram ainda dependem do Programa para suprir as necessidades.

Quanto à questão 9 (Faz parte de algum outro programa social municipal, estadual ou Federal?) todas responderam que fazem parte de algum outro programa social, como por exemplo o Bolsa Família e/ou Bolsa Aluguel (municipal).

Gráfico 9 - Como você avalia o Programa e o cartão PASMAIS?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Conforme Gráfico 09, 44% (quarenta e quatro por cento) das beneficiárias responderam que o Programa é ótimo; outras 56% (cinquenta e seis por cento) disseram ser excelente.

Os resultados apontaram que o Programa tem sido benéfico para os beneficiários e para toda a população, pois os objetivos da sua criação têm contribuído para a diminuição da desigualdade social, sendo notório a efetiva atuação do Programa no município, uma vez que as famílias em situação de vulnerabilidade social acolhidas pelo Programa, apresentam avanço socioeconômico, tendo como parâmetro o tempo anterior à sua inserção.

Diante de todo o exposto, percebe-se que os objetivos geral e específicos da pesquisa foram alcançados, pois apresentam dados que nos leva a concluir como o Programa é imprescindível para o povo franciscano. Um trabalho de investigação sobre o PAS que pode ser instrumento de consulta para todos os interessados em conhecer um pouco mais sobre a atuação deste no Município.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo geral investigar a atuação do programa PAS no município de São Francisco do Conde desde sua criação em 2009, sendo 12 (doze) anos de implementação da Lei nº 078/2009 e os objetivos específicos foram: analisar os indicadores do PAS no município, verificar a percepção da sociedade em relação ao referido programa.

Para o alcance dos objetivos realizou-se uma pesquisa qualitativa, com a utilização de pesquisa documental e bibliográfica e realização de entrevistas com beneficiários do programa objeto da pesquisa, afim de verificar também o que os cidadãos dizem sobre o benefício.

Dessa forma, observa-se quanto ao tema explorado que existe a necessidade de geração de novas vagas, sendo, portanto, um dos impeditivos para que sejam contempladas novas famílias, o que não é possível devido ao limite de beneficiários excedido.

Os indicadores apresentaram que o período após decretada a pandemia apresentou um acréscimo no número de beneficiários e conseqüentemente no valor destinado ao Programa pelo Município. Observa-se que a sociedade tem o PAS como uma ajuda a mais e importante para suas vidas.

A partir da análise dos dados pode-se concluir também que é preciso mais geração de emprego e renda no município, pois a ausência desses é a maior motivação para o aumento da necessidade de inserir famílias no PAS, além do percentual significativo de beneficiadas jovens no Programa, o que nos faz entender o quanto é preciso mais políticas públicas de inserção de mães jovens no mercado de trabalho.

Contudo, este estudo teve como limitação a aplicação de uma pesquisa mais robusta, com a opinião de mais beneficiários e até mesmo de comerciantes para falarem sobre como o cartão Pasmais tem impactado nas vendas. Esta limitação deve-se também ao período pandêmico atual.

Logo, sugere-se que pesquisas sejam realizadas sob a ótica do desenvolvimento social no município de São Francisco do Conde para que sejam discutidas, ainda mais, as questões socioeconômicas locais, com foco no estímulo à reparação social, pois poucas cidades do país dispõem de benefício parecido.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Relações intergovernamentais no Brasil: A Reforma de Programas Sociais* **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, pp. 431 a 458.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: Análise de Resultados e de Impacto **Revista do Serviço Público**, Ano 49, Número 2, abr.- jun. 1998.

IBGE | Cidades@ | Bahia | **São Francisco do Conde** | Panorama - Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama> - Último acesso em 14 de maio de 2021.

MARCOS, FLÁVIO R. GONÇALVES. **Manual do Prefeito**. Rio de Janeiro. 15ª edição. 2016.

MARTINS, L. B., Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. **Acolhimento familiar: caracterização de um programa**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Programa de Acolhimento Social – PAS - Disponível em: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/pas-programa-de-acolhimento-social-de-complementação-de-renda/> - Último acesso em 14 de maio de 2021.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade*. **Lua Nova**, São Paulo, 69: 13-48, 2006.

SANTANA, Jaciara de. **São Francisco do Conde e o enigma da riqueza e pobreza no Recôncavo baiano**. Salvador –BA: UCSAL/ PPG Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, 2011.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, Desigualdade e Políticas públicas: Caracterizando e Problematizando a Realidade Brasileira. **Revista Katálysis**, vol. 13, núm. 2, julho-diciembre, 2010, pp. 155-163. Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil

UNILAB. Curso-Administração Pública EAD Questionário “Seminário Integrador” (1º Semestre).

WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Seguridade Social e Combate à Pobreza no Brasil: O Papel dos Benefícios não-Contributivos**. Fevereiro de 2005.

ZANELLA, LIANE CARLY HEMES. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**.-2. Ed.reimp.- Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2012.164p.: il.

APÊNDICE

Questionário aos beneficiários do Programa de Acolhimento Social**Questão 01** - Qual sua idade?

- 18 a 25 anos
- 26 a 36 anos
- 37 a 49 anos
- Acima de 50 anos

Questão 02 - Qual seu gênero?

M
F
OUTRO

Questão 03 - Exerce alguma atividade remunerada?

SIM	NÃO
-----	-----

Questão 04 - Quantidade de pessoas que dependem da renda?**Questão 05** - Quantos filhos em idade escolar?**Questão 06** - Há quanto tempo faz parte do Programa?**Questão 07** - O que mudou na família desde a inserção no Programa até hoje?

PODER DE COMPRA

ALIMENTAÇÃO

OUTROS

Questão 08 - Havendo um recadastramento e a família não sendo contemplada, ainda assim conseguiria manter as necessidades básicas?

SIM

NÃO

Questão 09 - Faz parte de algum outro programa social municipal, estadual ou Federal?

SIM

NÃO

Questão 10 – Como você avalia o Programa e o cartão PASMAIS?

PÉSSIMO

REGULAR

BOM

ÓTIMO

EXECELENTE